

PROJETO PEDAGÓGICO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
NOME:	CURSOS VIRTUAIS LTDA
CNPJ:	08.179.401/0001-62
REGISTRO ABED:	7734 - CATEGORIA INSTITUCIONAL

CURSO	
NOME:	ELEMENTOS DO DIREITO DIGITAL
MODALIDADE:	LIVRE

Metodologia: O conteúdo do curso é disponibilizado ao aluno para estudo em uma interface diagramada de fácil navegação chamada de Sala de Aula Virtual. O acesso ao material é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância.

Sincronicidade: os cursos/eventos são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas.

Tutoria e Formas de Interação: Os cursos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada. A interação é realizada online por meio do sistema de Sala de Aula Virtual. A tutoria consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A interação entre tutores, estudantes e administração do curso é online.

Avaliação/Certificação: A avaliação é quantitativa e interpretativa. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) nas atividades da avaliação final. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) correspondente à carga horária certificada.

Organização curricular: Os programas apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

Tecnologia de EAD/e-learning: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para a Sala de Aula Virtual, que é um ambiente de aprendizagem online otimizado para EAD.

Materiais Didáticos: O conteúdo programático é lastreados em materiais didáticos atualizados. Dentre as ferramentas de aprendizagem além do material de estudo estão a avaliação final, grupo de estudos interativo com professor e sistema de anotações pessoais sobre o curso.

Interação e Suporte Administrativo: Os programas de formação contam – além do suporte de tutoria - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos e/ou por meio telefônico, conforme o caso. A Sala de Aula Virtual utilizada pela CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente.

Sobre a Instituição de Ensino: A CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma empresa de educação a distância tradicional. Iniciamos nossas atividades em 2006 e contamos com mais de 350 mil alunos matriculados em diversos cursos. Além disso, somos associados da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Somos uma empresa de educação legalmente constituída inscrita no CNPJ 08.179.401/0001-62 e que atua com a idoneidade e credibilidade servindo diversos órgãos públicos e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores de todo o país.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Elementos do Direito Digital

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao aluno uma visão abrangente sobre os temas do conteúdo programático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Direito digital - Uma visão inicial
Panorama geral
A telemática
As quatro faces do impacto da telemática sobre o direito
Desenvolvimento de ferramentas
Discutindo as novas rotinas
Busca de novas fronteiras
A nova dimensão
Aspectos correlatos
O ciberespaço e o direito
O ciberespaço
Ética jurídica e telemática
Inserção da ética
A internet e algumas questões concretas
O homem no caminho da barbárie
As perspectivas
A barbárie e o direito
Modernidade e autonomia
Questionamentos e constatações
Alguns aspectos constitucionais da Lei 9.296/96
Preliminarmente
O parágrafo único do artigo primeiro e a constituição
Ofensa a princípios constitucionais do processo penal
Alternativas
A liberdade de expressão e comunicação na internet
Disposições gerais
A censura moral na internet
O que é direito digital?
Noções acerca do direito digital
Características e desafios do direito digital
O direito digital no Brasil
Os princípios aplicáveis ao direito digital no Brasil
Princípio da existência concreta
Princípio da racionalidade
Princípio da lealdade
Princípio da intervenção estatal
Princípio da subsidiariedade
O direito digital no Brasil e suas transformações
Sistemas computacionais e os direitos sobre os bens informáticos
Sistemas computacionais e os bens informáticos
Programas de computador e seus registros
O software x o hardware e os direitos do titular
Leitura complementar
Contratos eletrônicos no direito civil brasileiro
Questão da política de segurança da informação - PSI com a Medida Provisória 2.200-2/01
Contratos eletrônicos
Assinaturas e validações digitais
O direito do consumidor no contrato e comércio eletrônico
O comércio eletrônico e o CDC
Garantia de atendimento facilitado ao consumidor
Desistência do negócio: prazo de sete dias
Devolução do que foi pago

O Marco Civil da Internet - Lei 12.965, de 23 de abril de 2014

Marco Civil da Internet

O direito à privacidade

Privacidade e o marco civil da internet

A neutralidade da rede e o marco civil da internet

A impunidade na internet e o marco civil da internet

Leitura complementar

Os direitos autorais e a questão dos conteúdos da internet

Breve histórico da lei de direitos autorais

O conceito jurídico de direitos autorais

A questão do conteúdo na internet

A liberdade de manifestação de pensamento na internet

O e-mail como instrumento de comunicação - ferramenta de trabalho e a possibilidade de monitoramento pela empresa

O e-mail como instrumento de comunicação e ferramenta de trabalho

O teletrabalho como ferramenta de trabalho

O teletrabalho como ferramenta útil na relação de trabalho

Crimes cibernéticos

Conceito de crime cibernético

Crimes cibernéticos próprios e impróprios

Qual é o lugar do crime para fins de aplicação da pena e determinação da competência jurisdicional?

Legislação atinente aos crimes cibernéticos

Leitura complementar